



**Sessão ordinária – 07 de abril de 2017**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

(doc. \_\_\_\_)

**2. - Designação de representante para o Conselho da Comunidade do ACES Médio Tejo**

**Deliberação:** Considerando o disposto no artigo 31º do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 253/2012, de 27 de novembro, por escrutínio secreto, a Assembleia Municipal, **designa para o Conselho da Comunidade do ACES Médio Tejo** António Lucas Gomes Mor, conforme documentos anexos.

**Votação: Total de votos** 33

**Votos a favor** 31

**Votos contra** 1

**Abstenções** 1

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.*

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Pl. 1/2

## ***Assembleia Municipal de Abrantes***

***7 de Abril de 2017***

2. - Designação de representante para o Conselho da Comunidade do ACES Médio Tejo;

*Proposta da bancada do Partido Socialista o nome de:*

***- António Lucas Gomes Mor.***

Abrantes, 7 de Abril de 2017

Os Deputados Municipais:

*Heary*

*Isabelinha Barreiros*

*Predador*  
*União*  
*António*

*Fátima Chaves*

*Disobediência*

*Francisco José*

*João*

*Posto*

*MAV. Alves*

Partido Socialista - Abrantes

*Algueiro*

*Souza*

fl. 2/2

**Sessão ordinária – 07 de abril de 2017**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

(doc. \_\_\_\_)

**3. - Nomeação de Juizes Sociais Tribunal de Família e Menores de Abrantes; (PG – 317469)**

**Deliberação:** Considerando o disposto no artigo 36º do Decreto-Lei nº 156/78, de 30 de junho e a alínea k) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a **lista de nomes constantes na deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de Abrantes de 31 de março de 2017**, para **Juizes Sociais do Juízo de Família e Menores de Abrantes**.(documento anexo)

**Votação:** *Aprovado por unanimidade*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

  
*António Lucas Gomes Mor*

*1º Secretário*

  
*Manuel Duarte dos Santos*

*Pl. 1/3*





Para conhecimento, remete também Relatório de Avaliação do Orçamento Participativo de 2016.  
– PG 328750

**Deliberação:** Por maioria, com a abstenção da Vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, aprovar as Normas de Participação, para o ano 2017 da 2ª edição do Orçamento Participativo de Abrantes.

Tomado conhecimento do Relatório de Avaliação do Orçamento Participativo de 2016.

A Vereadora Elza Vitório disse que se abstinha, não por estar contra o Orçamento Participativo, mas porque não foram tidas em conta as propostas de alteração do Regulamento que foram apresentadas anteriormente.

O Vice-Presidente disse que não estamos perante uma alteração ao regulamento, mas sim da definição do procedimento para o corrente ano da 2ª edição do Orçamento Participativo de Abrantes.



#### 4. Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária

**DCIC- Nº 01 – Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão,** apresentou o relatório do Projeto Bairro ConVida que avalia o ano de 2016, período temporal compreendido entre janeiro e dezembro de 2016, tendo sido já aprovado pelos parceiros do projeto. – PG 270011


**Tomado conhecimento** e enviar ao Conselho Municipal de Segurança.



**DCIC – Nº 02 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Vereadora Celeste Simão, datada de 23 de março de 2017, que remete para aprovação, proposta de Lista para Juizes Sociais, do seguinte teor: - PG 317469

A Vereadora Celeste Simão fez o enquadramento deste assunto e referiu-se à metodologia que esteve subjacente à preparação da lista dos nomes dos cidadãos agora apresentada. Referiu, contudo, que a cidadã Maria Fernanda Cardoso Antunes integra a comissão alargada da CPCJ de Abrantes. Pese embora a lei não apresente qualquer incompatibilidade entre as funções, pediu que não fosse incluída na Lista para Juizes Sociais, para que não interviesse nos processos em momentos e qualidades distintas.

**Deliberação:** Por unanimidade, nos termos da referida informação da Vereadora Celeste Simão e do parecer dos Serviços Jurídicos da Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Capital Humano, datada de 9 de fevereiro de 2017, aprovar a Lista para Juizes Sociais composta pelos seguintes cidadãos:



1. Ana Chambel Dias
2. Ana Cristina Castanho Ruivo
3. Augusto Catarrinho Dias Mourato
4. Cesaltina Maria de Jesus Mendes Neto
5. Fernando Jorge Ervideira da Silva
6. Lurdes Maria da Conceição Batista
7. Susana Isabel Lourenço Filipe

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos do artigo 36º do Decreto-Lei 156/78 de 30 de junho e ao abrigo do disposto no artigo 33º nº 1, ccc), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.



## 5. Divisão de Cultura, Património e Desporto

**DCPD - Nº 01 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias**, remete o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito no período de 04 a 17 de abril de 2017, no âmbito do plano de atividades para 2017 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, museus e património, bibliotecas, arquivo e juventude. – PG 328910

O Vereador Luís Dias apresentou de forma mais detalhada as atividades previstas para este período, destacando as mais relevantes.

### Tomado conhecimento.



**DCPD – Nº 02 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias**, referente ao pedido da INTERACT e das Associações de Estudantes das Escolas Dr. Solano de Abreu e Dr. Manuel Fernandes, a solicitarem a cedência do auditório do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, para a realização de um Concerto Solidário no âmbito do Projeto Colaborativo “Art in Emotion” com a designação de “Art in Motion Finds a Voice”, projeto Africa Alive Education Foundation de Getrude Matshe, no dia 19 de maio de 2017. – PG 315690

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a cedência do auditório do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, à INTERACT e Associações de Estudantes das Escolas Dr. Solano de Abreu e Dr. Manuel Fernandes, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 129,16€ (cento e vinte e nove euros e dezasseis cêntimos) de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.





## Sessão ordinária – 07 de abril de 2017

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. \_\_\_\_)

#### 4. - Prestação de Contas do Exercício de 2016:

- Câmara Municipal de Abrantes e
- Serviços Municipalizados de Abrantes (PG – 328694)

Considerando o disposto na alínea l) do n.º 2, e do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos desta, delibera **aprovar** os **documentos de Prestação de Contas do exercício 2016 do Município de Abrantes mencionados na deliberação da Câmara Municipal de Abrantes de 31 de março de 2017 que inclui em anexo os dos SMA - Serviços Municipalizados de Abrantes), integralmente elaborados nos termos do POCAL integrando as declarações do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei n.º 22/2015, de 17 de março.**

Mais delibera **aprovar a Aplicação de Resultados do exercício 2016, conforme estipulado no ponto 2.7.3.1 do POCAL.**

#### Votação:

- a)- documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício do ano 2016, no que diz respeito ao Município de Abrantes:
- b)- documentos de Prestação de Contas decorrentes do Exercício do orçamento do ano 2016, próprio dos SMA, o qual nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, para todos os efeitos legais e procedimentais é anexado ao orçamento municipal.

*Aprovado por maioria com 4 votos contra na bancada do PSD e 9 abstenções (4 CDU; 3 PSD; 1 EDS e 1 BE).*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



**Sessão ordinária – 07 de abril de 2017**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

(doc. \_\_\_\_)

**5. - 1ª Revisão Orçamental do ano de 2017 – Serviços Municipalizados de Abrantes; (PG – 328927)**

**Deliberação:** Considerando o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do ponto 8.3 do POCAL, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a **1ª Revisão Orçamental do ano de 2017 - Serviços Municipalizados de Abrantes**.

**Votação:**

*Aprovado por unanimidade.*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

*António Lucas Gomes Mor*

*1º Secretário*

*Manuel Duarte dos Santos*

**Sessão ordinária – 07 de abril de 2017**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

(doc. \_\_\_\_)

**6. - Afetação ao domínio público de uma parcela de terreno, sita na Rua Maria Lucília Moita, em Abrantes, com a área de 4.245 m<sup>2</sup>; (PG – 252908)**

**Deliberação:** Considerando o disposto na alínea q) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a **Afetação ao domínio público de uma parcela de terreno, sita na Rua Maria Lucília Moita, em Abrantes, com a área de 4.245 m<sup>2</sup>.**

**Votação:**

Aprovado por unanimidade.

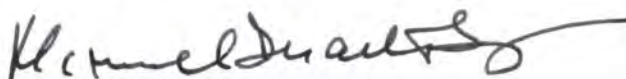
*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*



*António Lucas Gomes Mor*

*1º Secretário*



*Manuel Duarte dos Santos*

fl. 1/3





**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o despacho de aprovação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes.



**DPEGCH - Nº 04 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** remetendo para aprovação a nomeação de Técnico Superior Filipe Poupino como Coordenador de Segurança em Obra, para que assegure as responsabilidades previstas no Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro, e demais legislação aplicável, na empreitada da responsabilidade da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos para Beneficiação da Estrada Municipal de Rio de Moinhos – Pucariça. – PG 319200

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a nomeação de Técnico Superior Filipe Poupino como Coordenador de Segurança em Obra, na empreitada para Beneficiação da Estrada Municipal de Rio de Moinhos – Pucariça.



**DPEGCH - Nº 05 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** remetendo para aprovação, proposta de deliberação referente à afetação ao domínio público de uma parcela de terreno com a área de 4.245 m<sup>2</sup>, sita na Rua Maria Lucília Moita, em Abrantes, do seguinte teor:

*“Considerando que:*

- a) *O Município é proprietário de um terreno, onde foi construído o Centro Escolar Maria Lucília Moita, o qual foi adquirido através da esc. 10/2010;*
- b) *Constata-se com a implantação do Centro Escolar, e a criação do arruamento (Rua Maria Lucília Moita) que o prédio municipal foi dividido em 3 partes, uma parte ocupada com o dito Centro Escolar, outra com os arruamentos, passeios, estacionamento e zonas verdes, e uma parte sobrando com 7.534 m<sup>2</sup>, que ficará disponível para utilizações futuras;*
- c) *Muito embora, a construção do arruamento, passeios, estacionamento e espaços verdes, estarem devidamente delimitados, e as parcelas de terreno a isso afetas terem sido integradas, em planta, no domínio público municipal, esse facto não se encontra refletido no registo predial, onde essa parcela ainda pertence ao domínio privado municipal;*
- d) *Tem-se vindo a desenvolver uma regularização exaustiva do cadastro e registo de bens imóveis municipais;*
- e) *Torna-se assim, necessário proceder à afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno com a área de 4.245,00m<sup>2</sup>, descrita no registo predial sob parte dos nº 04113 e 04427 da extinta freguesia de São Vicente*

*Propõe-se assim, que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 33º, n.º 1, alínea ccc) e do artigo 25º, n.º 1, alínea q), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal:*

*A afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno sita na Rua Maria Lucília Moita, com as áreas de 4.245 m<sup>2</sup>, descrita no registo predial sob parte dos nº 04113 e 04427 da extinta*



*freguesia de São Vicente, devidamente identificadas a cor laranja na Planta n.º 01 anexa". – PG 252908*

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e submeter à Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno com 4.245 m<sup>2</sup>, sita na Rua Maria Lucília Moita, em Abrantes, com as áreas de 4.245 m<sup>2</sup>, descrita no registo predial sob parte dos nº 04113 e 04427 da extinta freguesia de São Vicente.



#### **4. Divisão de Gestão Financeira e Administrativa**

**DGFA – Nº 01 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 20 de fevereiro de 2017, remete para aprovação as Normas para Exploração de Tasquinhas nas Festas de Abrantes 2017. – PG 319651

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar as Normas para Exploração de Tasquinhas nas Festas de Abrantes 2017.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



**DGFA – Nº 02 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 16 de fevereiro de 2017, acerca do Grande Prémio 25 de Abril de 2016, e da autorização de despesa relativa à atribuição dos respetivos prémios monetários.

Refere que, de acordo com informação anterior, a Câmara Municipal deliberou transferir para o Sporting Clube de Abrantes o valor dos prémios a atribuir a 13 atletas, no valor de 350€ (trezentos e cinquenta euros), de um valor total de prémios a atribuir de 1.500€ (mil e quinhentos euros) uma vez que os mesmos não haviam disponibilizado os dados pessoais para processamento da despesa em seu nome e que o clube assumiu o seu pagamento. Contudo, verificou-se que, ao contrário do anteriormente indicado, tinha o "Sporting Clube de Abrantes" assumido toda a despesa (1.500,00€) e não só a que foi aprovada, pelo que será necessário transferir para o clube também a diferença entre os valores, no montante de 1.175,00€ (mil cento e setenta e cinco euros). – PG 272649

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a transferência para o Sporting Clube de Abrantes do montante de 1.175,00€ (mil cento e setenta e cinco euros), relativo à atribuição de prémios monetários no âmbito do Grande Prémio 25 de Abril de 2016, nos termos e com os fundamentos constantes da informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 16 de fevereiro de 2017.





**Sessão ordinária – 07 de abril de 2017**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

(doc. \_\_\_\_)

**7. – Autorização para assunção de compromisso plurianual para “Aquisição de serviços para circuitos especiais de transportes escolares para o ano letivo de 2017/2018; (PG - 325548)**

**Deliberação:** Considerando o disposto na alínea b) do artigo 3º e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal de 21 de março de 2017, a Assembleia Municipal de Abrantes **autoriza a assunção do compromisso plurianual com vista à “Aquisição de serviços para circuitos especiais de transportes escolares para o ano letivo de 2017/2018.**

**Votação:**

*Aprovado por unanimidade.*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

*António Lucas Gomes Mor*

*1º Secretário*

*Manuel Duarte dos Santos*



**Sessão ordinária – 07 de abril de 2017**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

(doc. \_\_\_\_)

**8. - Normas para Exploração de Tasquinhas nas Festas de Abrantes 2017; (PG – 319651)**

**Deliberação:** Considerando o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** as **Normas para Exploração de Tasquinhas nas Festas de Abrantes 2017**, conforme documento anexo.

**Votação:**

Aprovado por maioria com um voto contra do PSD.

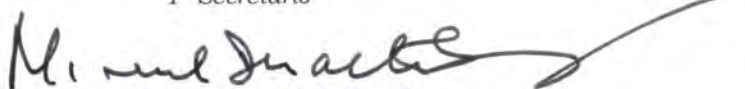
*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*



*António Lucas Gomes Mor*

*1.º Secretário*



*Manuel Duarte dos Santos*

Pl. 1/4

## NORMAS PARA A EXPLORAÇÃO DE TASQUINHAS



1. O Município de Abrantes promove de **13 a 18 de junho de 2017**, as Festas de Abrantes.  
As diversas atividades ocorrerão nas várias praças e ruas do centro histórico, ficando as tasquinhas **no JARDIM DA REPÚBLICA**, com programa de animação cultural associado.
2. A organização convida as **associações do concelho de Abrantes** à ocupação de um espaço individualizado de tasquinha + esplanada, de acordo com as regras enunciadas nestas normas.
3. **Só poderão concorrer associações cuja atividade tenha sido apoiada por programas municipais nos anos de 2016 e 2017.**
4. Caso o número de associações interessadas exceda o total de espaços a conceder, proceder-se-á a sorteio, a realizar na Divisão de Cultura, Património e Desporto, em data a anunciar.
5. As associações depois de selecionadas deverão pagar uma caução no valor de 50€ (cinquenta euros), destinada a cobrir qualquer infração a estas normas. O valor da caução será reembolsado na semana que sucede as Festas de Abrantes.
6. O não-pagamento do valor acima referido implica a exclusão da associação.
7. A desistência por parte das associações não-comunicada, por escrito, até 10 dias úteis antes do início das Festas, implica a exclusão automática para o ano seguinte e a não-devolução do valor da caução.
8. **O horário a praticar nas tasquinhas será:**
  - 14, 15, 17, e 18 das 12h00 às 2h30;
  - 13, e 16 junho das 18h00 às 2h30
9. As associações interessadas deverão enviar, até ao próximo dia **9 de maio de 2017**, para a Divisão de Cultura, Património e Desporto o boletim de inscrição, completo e devidamente preenchido.
10. A ocupação das tasquinhas exige que o espírito de exploração dos recintos não prejudique a imagem das Festas de Abrantes. Caso contrário, a associação terá como penalização não participar no próximo ano. Não é permitida a instalação de equipamentos sonoros ou qualquer outra manifestação musical nas tasquinhas.
11. A ocupação das tasquinhas poderá ocorrer a partir das 9 horas do dia 12 de junho, sendo obrigatória a sua desocupação até às 20 horas do dia 19 de junho.

12. Serão obrigatórias, para as associações, a confeção diária de diversos petiscos, regionais ou não, sem restrições quanto ao conteúdo gastronómico, a utilização de motivos relativos às próprias coletividades na decoração dos respetivos espaços gastronómicos, a prestação de serviços com equipas de trabalho vestidas homogeneamente e, portanto, completamente identificável, e a afixação das ementas respetivas em espaços visíveis do exterior.
13. Deverão ser tidas em consideração todas as normas existentes, relativamente à qualidade e higiene para o manuseamento e venda de bens alimentares.
14. As associações estão sujeitas à interdição de venda ou exposição de imagem de marca de produtos concorrentes aos produtos exclusivos das Festas de Abrantes.
15. Os preços a praticar serão acordados em reunião a realizar com todas as associações e a organização, em data a anunciar oportunamente.
16. Não é permitida a afixação de publicidade a marcas ou empresas (faixas, cartazes, painéis, ...).
17. Os seguranças do espaço das festas são representantes legais do município, pelo que as suas orientações devem ser seguidas e respeitadas.
18. Todos os casos omissos serão resolvidos pela organização, que zelará pelo integral cumprimento destas Normas, cujas infrações poderão ditar, se necessária, a inibição de funcionamento.





## TASQUINHAS 2017

### BOLETIM DE INSCRIÇÃO

DESIGNAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	
MORADA COMPLETA	
FREGUESIA	
NIF	
PRESIDENTE DA DIREÇÃO	
CONTACTO	
CORREIO ELECTRÓNICO	
DATA ____/____/____	ASS. E CARIMBO _____

**Sessão ordinária – 07 de abril de 2017**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

(doc. \_\_\_\_)

**9. - Regulamento Municipal de Incentivos Fiscais à Reabilitação Urbana; (PG - 307136)**

**Deliberação:** Considerando o disposto na alínea g) do n° 1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar o Regulamento Municipal de Incentivos Fiscais à Reabilitação Urbana**, conforme documento anexo.

**Votação:**

*Aprovado por unanimidade.*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*



*António Lucas Gomes Mor*

*1º Secretário*



*Manuel Duarte dos Santos*

*fl. 11/19*

## REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVOS FISCAIS À REABILITAÇÃO URBANA

- PROPOSTA TÉCNICA -

### Preâmbulo

A reabilitação urbana posiciona-se como uma dimensão central e prioritária da política de urbanismo e ordenamento do território que vem sendo seguida pelo Município de Abrantes desde há vários anos, ganhando expressão acrescida por via dos processos de revisão dos instrumentos de gestão territorial com aplicação no concelho e, igualmente, na decisão de constituição e subsequente programação da primeira Área de Reabilitação Urbana no seu território (referente ao Centro Histórico da cidade de Abrantes). O desenho e subsequente operacionalização de instrumentos de política que favoreçam a emergência e consolidação de dinâmicas efetivas de reabilitação urbana é, neste contexto, uma das formas através das quais o Município pode exercer as atribuições que o quadro legal em vigor lhe confere em matéria de ordenamento do território e urbanismo [cf. alínea n) do número 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais].

Com relevância para a delimitação e definição das formas concretas através das quais estas entidades podem exercer as suas atribuições e competências, interessa assinalar que a organização do Estado Português consagra o princípio da autonomia das Autarquias Locais, de natureza administrativa e financeira, reconhecido por património e finanças próprios e, ainda, por um poder regulamentar próprio (cf. número 1 do artigo 6º, número 1 do artigo 238º e artigo 241º da Constituição da República Portuguesa). Realça-se, a este respeito, a capacidade dos Municípios para conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios [cf. alínea d) do artigo 15º e número 2 do artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais], distinguindo assim os seus poderes tributários de um mero poder fiscalizador da administração e evidenciando que o seu exercício é compatível com o princípio da legalidade. O presente regulamento é, neste quadro geral, um instrumento fundamental para conferir transparência e previsibilidade ao exercício dos poderes tributários em apreço, garantindo assim o respeito pelos interesses visados pela legalidade fiscal e pelo princípio da igualdade e proporcionando, em simultâneo, conteúdo e sentidos úteis ao princípio constitucional da autonomia financeira local.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da alínea k) do número 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal o presente projeto de regulamento municipal para efeitos do disposto na alínea g) do número 1 do artigo 25º do referido Regime.

### Artigo 1º

[Objeto]

O presente Regulamento tem por objeto a definição do quadro de incentivos de natureza fiscal que o Município de Abrantes se compromete a implementar com vista a fomentar a reabilitação do



parque edificado em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, assim como dos respetivos termos de operacionalização.



## **Artigo 2º** **[Objetivos]**

Os objetivos visados com a implementação do presente Regulamento são os seguintes:

- a) estimular a realização de obras de conservação e reabilitação do parque edificado;
- b) dinamizar o mercado de transações de imóveis reabilitados e destinados a reabilitação;
- c) promover a ocupação e utilização efetivas do parque edificado.

## **Artigo 3º** **[Identificação dos Incentivos Fiscais à Reabilitação Urbana]**

1. O quadro de incentivos fiscais à reabilitação urbana é materializado através da atribuição de benefícios e da imposição de penalizações incidentes sobre os seguintes impostos:

- a) Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis [IMT];
- b) Imposto Municipal sobre Imóveis [IMI];
- c) Imposto sobre o Valor Acrescentado [IVA];
- d) Imposto sobre o Rendimento Singular [IRS].

2. Os incentivos respeitantes ao IMT são, designadamente, os seguintes:

- a) IMT.1, que constitui um benefício aplicável à aquisição de imóveis para reabilitação;
- b) IMT.2, que constitui um benefício aplicável à aquisição de imóveis reabilitados para habitação própria e permanente.

3. Os incentivos respeitantes ao IMI são, designadamente, os seguintes:

- a) IMI.1, que constitui um benefício aplicável à reabilitação de imóveis;
- b) IMI.2, que constitui um benefício aplicável à reabilitação de imóveis;
- c) IMI.3, que constitui um benefício aplicável à conservação de imóveis;
- d) IMI.4, que constitui uma penalização aplicável a imóveis degradados;

e) IMI.5, que constitui uma penalização aplicável a imóveis em ruínas;

f) IMI.5, que constitui uma penalização aplicável a imóveis devolutos.

4. O incentivo respeitante ao IVA é o IVA.1, que constitui um benefício aplicável à conservação e reabilitação de imóveis.

5. Os incentivos respeitantes ao IRS são, designadamente, os seguintes:

a) IRS.1, que constitui um benefício aplicável à alienação de imóveis recuperados;

b) IRS.2, que constitui um benefício aplicável à reabilitação de imóveis;

c) IRS.3, que constitui um benefício aplicável ao arrendamento de imóveis recuperados.

6. A descrição detalhada e a explicitação da forma de operacionalização dos incentivos fiscais à reabilitação urbana descritos nos números anteriores constam das fichas apresentadas em anexo a este Regulamento, dele fazendo parte integrante.

#### **Artigo 4º** [Dúvidas e Omissões]

Em tudo o que o presente Regulamento possa gerar dúvidas ou conter omissões, não sanáveis por outras vias que dele decorram, decidirá a Câmara Municipal de Abrantes.

#### **Artigo 5º** [Resolução de Litígios]

Sempre que ocorram situações de litígio não sanáveis por acordo entre as partes, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

#### **Artigo 6º** [Entrada em Vigor]

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República e no sítio eletrónico do Município de Abrantes ("www.cm-abrantes.pt").



## ANEXO - FICHAS DESCRITIVAS DOS INCENTIVOS FISCAIS



## IMT.1 Aquisição de imóveis para reabilitação

### Descrição do incentivo

Este incentivo consiste na isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis [IMT] relativamente às operações de aquisição de imóveis (prédios urbanos e frações autónomas de prédios urbanos) localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU] que venham a ser alvo de obras de reabilitação desde que as mesmas tenham início no prazo máximo de 3 anos a contar da data de aquisição e permitam obter ganhos efetivos no respetivo nível de conservação e/ou desempenho funcional.

### Forma do incentivo

Este incentivo é materializado através da restituição do IMT pago na aquisição do imóvel após certificação pelo Município das obras de reabilitação realizadas.

### Requisitos específicos

A aplicação deste incentivo tem subjacente a obtenção de ganhos efetivos no nível de conservação e/ou desempenho funcional do imóvel reabilitado em consequência das obras realizadas, cabendo ao Município proceder à respetiva certificação. A obtenção desta certificação pressupõe uma avaliação do imóvel antes e depois das obras de reabilitação e implica o cumprimento dos termos e requisitos mínimos associados a pelo menos um dos seguintes métodos:

#### Método A [Melhoria do Desempenho Energético]

A obtenção de certificação através deste método (com suporte no Decreto-Lei nº118/2013, de 20 de Agosto) depende da atribuição de classe energética igual ou superior a 'A', quando exigível, ou, na sequência das obras de reabilitação, superior em pelo menos dois níveis à obtida antes das mesmas; este método pode não se revelar adequado sempre que o imóvel se encontre dispensado do cumprimento de um ou mais requisitos de eficiência energética ao abrigo do Regime Excecional para a Reabilitação Urbana (Decreto-Lei nº53/2014, de 8 de Abril), cabendo ao Município decidir sobre a sua aplicabilidade em função de cada caso concreto.

#### Método B [Melhoria do Nível de Conservação]

A obtenção de certificação através deste método (com suporte no Decreto-Lei nº266-B/2012, de 31 de Dezembro) depende da atribuição de nível de conservação após a realização das obras de reabilitação do imóvel superior em pelo menos um nível face ao obtido antes das mesmas, assegurando sempre, de forma cumulativa, a obtenção do nível mínimo de 3 (Médio), a ausência de anomalias muito graves em qualquer dos elementos funcionais avaliados e a inexistência de situações que constituam grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes.

### Normas de procedimento

1. Requerimento do adquirente à Câmara Municipal para determinação do nível de conservação do imóvel antes da realização das obras de reabilitação e, se pretendido, da descrição das obras a efetuar para este atingir o nível médio ou superior; recomenda-se que este requerimento seja feito em paralelo com a contratação de serviços de certificação energética do imóvel antes das obras atrás referidas
2. Comunicação do adquirente à Câmara Municipal da data de início das obras de reabilitação até 5 dias antes da mesma com identificação da pessoa (singular ou coletiva) encarregada para a sua realização
3. Requerimento do adquirente à Câmara Municipal para determinação do nível de conservação do imóvel após a conclusão das obras de reabilitação e, se aplicável, para certificação das mesmas, devidamente acompanhado dos certificados energéticos obtidos antes e após a realização dessas obras

Nota: havendo lugar à certificação das obras de reabilitação realizadas, compete ao Município comunicá-la, no prazo de 30 dias, ao serviço de finanças da área da situação do imóvel, assim como notificar em simultâneo o proprietário desse facto, cabendo àquele, no prazo de 15 dias, promover a anulação da liquidação de IMT e subsequente restituição ao adquirente.

### Enquadramento legal

Estatuto dos Benefícios Fiscais [nº2 a nº7 do artigo 45º]

### Observações

O usufruto deste incentivo não é cumulativo com outros de natureza idêntica, não prejudicando porém a opção pelo mais favorável.

Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis.

A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.

## **IMT.2**    **Aquisição de imóveis reabilitados para habitação própria e permanente**

### Descrição do incentivo

Este incentivo consiste na isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis [IMT] relativamente às operações de aquisição de imóveis (prédios urbanos e frações autónomas de prédios urbanos) localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU] e que tenham sido alvo de reabilitação devidamente certificada pela Câmara Municipal até 3 anos antes da data de aquisição, desde que as mesmas correspondam à primeira transmissão onerosa do imóvel reabilitado e se destinem exclusivamente a habitação própria e permanente.

### Forma do incentivo

Este incentivo é materializado através da dispensa de pagamento do IMT.

### Requisitos específicos

A aplicação deste incentivo tem subjacente a certificação por parte da Câmara Municipal das obras de reabilitação realizadas por parte do proprietário vendedor.

### Normas de procedimento

Requerimento do adquirente ao serviço de finanças local para obtenção do incentivo devidamente acompanhado pela certificação da Câmara Municipal das obras de reabilitação realizadas; este requerimento deve ser anterior ao ato ou contrato que origina a transmissão e sempre antes da liquidação de IMT que teria lugar.

### Enquadramento legal

Estatuto dos Benefícios Fiscais [nº8 e nº19 a nº23 do artigo 71º]

### Observações

Este incentivo é aplicável a imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de Janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2020.

Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis.

A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.



## IMI.1 Reabilitação de imóveis

### Descrição do incentivo

Este incentivo consiste na isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis [IMI] relativamente aos imóveis (prédios urbanos e frações autónomas de prédios urbanos) localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU] que tenham sido alvo de obras de reabilitação indutoras de ganhos efetivos no seu nível de conservação e/ou desempenho funcional durante o período de 3 anos a contar do ano, inclusive, de emissão da respetiva licença camarária ou, quando esta não seja exigível, da comunicação à Câmara Municipal da data de início das obras.

### Forma do incentivo

Este incentivo é materializado através da restituição do IMI pago (e/ou, sendo o caso, da dispensa do seu pagamento) após certificação pelo Município das obras de reabilitação realizadas.

### Requisitos específicos

A aplicação deste incentivo tem subjacente a obtenção de ganhos efetivos no nível de conservação e/ou desempenho funcional do imóvel reabilitado em consequência das obras realizadas, cabendo ao Município proceder à respetiva certificação. A obtenção desta certificação pressupõe uma avaliação do imóvel antes e depois das obras de reabilitação e implica o cumprimento dos termos e requisitos mínimos associados a pelo menos um dos seguintes métodos:

#### Método A [Melhoria do Desempenho Energético]

A obtenção de certificação através deste método (com suporte no Decreto-Lei nº118/2013, de 20 de Agosto) depende da atribuição de classe energética igual ou superior a 'A', quando exigível, ou, na sequência das obras de reabilitação, superior em pelo menos dois níveis à obtida antes das mesmas; este método pode não se revelar adequado sempre que o imóvel se encontre dispensado do cumprimento de um ou mais requisitos de eficiência energética ao abrigo do Regime Excecional para a Reabilitação Urbana (Decreto-Lei nº53/2014, de 8 de Abril), cabendo ao Município decidir sobre a sua aplicabilidade em função de cada caso concreto.

#### Método B [Melhoria do Nível de Conservação]

A obtenção de certificação através deste método (com suporte no Decreto-Lei nº266-B/2012, de 31 de Dezembro) depende da atribuição de nível de conservação após a realização das obras de reabilitação do imóvel superior em pelo menos um nível face ao obtido antes das mesmas, assegurando sempre, de forma cumulativa, a obtenção do nível mínimo de 3 (Médio), a ausência de anomalias muito graves em qualquer dos elementos funcionais avaliados e a inexistência de situações que constituam grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes.

### Normas de procedimento

1. Requerimento do adquirente à Câmara Municipal para determinação do nível de conservação do imóvel antes da realização das obras de reabilitação e, se pretendido, da descrição das obras a efetuar para este atingir o nível médio ou superior; recomenda-se que este requerimento seja feito em paralelo com a contratação de serviços de certificação energética do imóvel antes das obras atrás referidas
2. Comunicação do adquirente à Câmara Municipal da data de início das obras de reabilitação até 5 dias antes da mesma com identificação da pessoa (singular ou coletiva) encarregada para a sua realização
3. Requerimento do adquirente à Câmara Municipal para determinação do nível de conservação do imóvel após a conclusão das obras de reabilitação e, se aplicável, para certificação das mesmas, devidamente acompanhado dos certificados energéticos obtidos antes e após a realização dessas obras

Nota: havendo lugar à certificação das obras de reabilitação realizadas, compete ao Município comunicá-la, no prazo de 30 dias, ao serviço de finanças da área da situação do imóvel, assim como notificar simultaneamente o proprietário desse facto, cabendo àquele, no prazo de 15 dias, promover a anulação da liquidação de IMI e subsequente restituição ao proprietário (e/ou, sendo o caso, a dispensa do seu pagamento).

### Enquadramento legal

Estatuto dos Benefícios Fiscais [nº1 e nº3 a nº7 do artigo 45º]

### Observações

O usufruto deste incentivo não é cumulativo com outros de natureza idêntica, não prejudicando porém a opção pelo mais favorável.

Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis.

A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.

## IMI.2 Reabilitação de imóveis

### Descrição do incentivo

Este incentivo consiste na isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativamente aos imóveis (prédios urbanos e frações autónomas de prédios urbanos) localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU] que tenham sido alvo de obras de reabilitação indutoras de ganhos efetivos no seu nível de conservação e/ou desempenho funcional durante o período de 5 anos a contar do ano, inclusive, da respetiva conclusão, podendo a mesma ser renovada por período adicional de 5 anos mediante decisão da Assembleia Municipal.

### Forma do incentivo

Este incentivo é materializado através da restituição do IMI pago (e/ou, sendo o caso, da dispensa do seu pagamento) após certificação pelo Município das obras de reabilitação realizadas.

### Requisitos específicos

A aplicação deste incentivo tem subjacente a obtenção de ganhos efetivos no nível de conservação e/ou desempenho funcional do imóvel reabilitado em consequência das obras realizadas, cabendo ao Município proceder à respetiva certificação. A obtenção desta certificação pressupõe uma avaliação do imóvel antes e depois das obras de reabilitação (com suporte no Decreto-Lei nº266-B/2012, de 31 de Dezembro) e depende da atribuição de nível de conservação após a realização daquelas obras superior em pelo menos um nível face ao obtido antes das mesmas, assegurando sempre, de forma cumulativa, a obtenção do nível mínimo de 3 (Médio), a ausência de anomalias muito graves em qualquer dos elementos funcionais avaliados e a inexistência de situações que constituam grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes.

### Normas de procedimento

1. Requerimento do proprietário à Câmara Municipal para determinação do nível de conservação do imóvel antes da realização das obras de reabilitação e, se pretendido, da descrição das obras a efetuar para este atingir o nível médio ou superior
2. Comunicação do proprietário à Câmara Municipal da data de início das obras de reabilitação até 5 dias antes da mesma com identificação da pessoa (singular ou coletiva) encarregada para a sua realização
3. Requerimento do proprietário à Câmara Municipal para determinação do nível de conservação do imóvel após a conclusão das obras de reabilitação e, se aplicável, para certificação das mesmas

Nota: havendo lugar à certificação das obras de reabilitação realizadas, compete ao Município comunicá-la, no prazo de 30 dias, ao serviço de finanças da área da situação do imóvel, o qual deverá, no prazo de 15 dias, promover a anulação da liquidação de IMI e subsequente restituição ao proprietário e/ou a dispensa do seu pagamento.

### Enquadramento legal

Estatuto dos Benefícios Fiscais [nº7 e nº19 a nº23 do artigo 71º]

### Observações

O usufruto deste incentivo não é cumulativo com outros de natureza idêntica, não prejudicando porém a opção pelo mais favorável.

Este incentivo é aplicável a imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de Janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2020.

Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis.

A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.



*ma*

### IMI.3 Imóveis em adequado estado de conservação

#### Descrição do incentivo

Este incentivo consiste na minoração em 30% da taxa geral do Imposto Municipal sobre Imóveis [IMI] relativamente aos imóveis (prédios urbanos e frações autónomas de prédios urbanos) localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU] que se encontrem em adequado estado de conservação; esta minoração é válida pelo período de 1 ano, podendo a mesma ser renovada por um período adicional de 2 anos mediante decisão da Assembleia Municipal.

#### Forma do incentivo

Este incentivo é materializado através da redução da taxa de IMI aplicável ao imóvel.

#### Requisitos específicos

A aplicação deste incentivo tem subjacente a prévia classificação do imóvel por parte do Município como estando em adequado estado de conservação, considerando-se como tal os prédios urbanos aos quais, após avaliação específica (com suporte no Decreto-Lei nº266-B/2012, de 31 de Dezembro) e de forma cumulativa, apresentem um nível de conservação igual ou superior a 3 (Médio) e não evidenciem anomalias muito graves em qualquer dos elementos funcionais avaliados nem situações que constituam grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes.

#### Normas de procedimento

1. Requerimento do proprietário à Câmara Municipal para determinação do nível de conservação do imóvel e, se pretendido, da descrição das obras a efetuar para este atingir o nível médio ou superior
2. Requerimento do proprietário à Câmara Municipal para classificação do imóvel como estando em adequado estado de conservação

Nota: havendo lugar à classificação do imóvel por parte do Município como estando em adequado estado de conservação, compete ao Município (mediante deliberação da Assembleia Municipal) proceder à sua comunicação junto da Autoridade Tributária e Aduaneira para vigorar no ano seguinte.

#### Enquadramento legal

Código do IMI [nº6, nº14 e nº15 do artigo 112º]

#### Observações

O usufruto deste incentivo não é cumulativo com outros de natureza idêntica, não prejudicando porém a opção pelo mais favorável.

Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis.

A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.

*Pl. 12/19*

IMI.4	Imóveis Degradados
	<p><b>Descrição do incentivo</b></p> <p>Este incentivo consiste na majoração em 30% da taxa geral do Imposto Municipal sobre Imóveis [IMI] relativamente aos imóveis (prédios urbanos e frações autónomas de prédios urbanos) localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU] que se encontrem degradados.</p>
	<p><b>Forma do incentivo</b></p> <p>Este incentivo é materializado através do agravamento da taxa de IMI aplicável ao imóvel.</p>
	<p><b>Requisitos específicos</b></p> <p>A aplicação deste incentivo tem subjacente a prévia classificação do imóvel como degradado por parte do Município, considerando-se como tal os prédios urbanos que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função e/ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. A atribuição desta classificação é feita com periodicidade anual e tem suporte em vistoria sumária a cargo do Município, devendo o proprietário ser notificado do projeto de decisão para exercício do seu direito de audição prévia e da respetiva decisão final, nos termos e prazos previstos no Código do Procedimento Administrativo; sempre que dessa audição resulte discordância face à classificação proposta para o imóvel, deverá o proprietário requerer a sua reavaliação com recurso a método mais rigoroso (com suporte no Decreto-Lei nº266-B/2012, de 31 de Dezembro), ficando a manutenção de tal classificação dependente da atribuição de nível de conservação 1 (Péssimo) ou 2 (Mau).</p>
	<p><b>Normas de procedimento</b></p> <p>Requerimento do proprietário à Câmara Municipal para determinação do nível de conservação do imóvel e, se pretendido, da descrição das obras a efetuar para este atingir o nível médio ou superior.</p> <p>Nota: havendo lugar à classificação do imóvel como degradado, compete ao Município (mediante deliberação da Assembleia Municipal) proceder à sua comunicação junto da Autoridade Tributária e Aduaneira para vigorar no ano seguinte; caso contrário, compete ao Município restituir ao proprietário os valores pagos por este com vista à determinação do nível de conservação do imóvel.</p>
	<p><b>Enquadramento legal</b></p> <p>Código do IMI [nº8, nº14 e nº15 do artigo 112º]</p>
	<p><b>Observações</b></p> <p>Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis.</p> <p>A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.</p>

IMI.5	Imóveis em Ruínas
	<p><b>Descrição do incentivo</b></p> <p>Este incentivo consiste na triplicação da taxa geral do Imposto Municipal sobre Imóveis [IMI] relativamente aos imóveis (prédios urbanos e frações autónomas de prédios urbanos) localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU] que se encontrem em ruínas.</p>
	<p><b>Forma do incentivo</b></p> <p>Este incentivo é materializado através do agravamento da taxa de IMI aplicável ao imóvel.</p>
	<p><b>Requisitos específicos</b></p> <p>A aplicação deste incentivo tem subjacente a prévia classificação do imóvel como estando em ruínas por parte do Município, considerando-se como tal os prédios urbanos que se enquadrem numa ou mais das seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- espaços murados e confinados com o interior do terreno livre de quaisquer construções, escombros ou entulhos;</li> <li>- edifícios antigos que ruíram ou desmoronaram, ou que foram parcialmente demolidos, que mantenham as fachadas exteriores, desde que estas estejam devidamente travadas ou escoradas, com garantia de estabilidade e desde que o interior do prédio, esteja totalmente limpo e livre de escombros ou entulhos;</li> <li>- edifícios descritos no ponto anterior que, para além das fachadas, mantenham total ou parcialmente as paredes resistentes (mestras), desde que os espaços vazios estejam completamente limpos e livres de escombros ou entulhos;</li> <li>- restos de construções antigas que ruíram, desmoronaram, ou foram demolidas, nomeadamente fundações e paredes mestras, desde que a altura média não ultrapasse os 0,50 metros acima do solo e os espaços interiores estejam totalmente limpos, desmatados e livres de escombros;</li> <li>- edifícios recentemente demolidos por iniciativa do proprietário ou por imposição administrativa, cuja estrutura estava em risco de ruína ou era irrecuperável, desde que o espaço se mostre devidamente limpo.</li> </ul> <p>A atribuição desta classificação é feita com periodicidade anual e tem suporte em vistoria sumária a cargo do Município, devendo o proprietário ser notificado do projeto de decisão para exercício do seu direito de audição prévia e da respetiva decisão final, nos termos e prazos previstos no Código do Procedimento Administrativo.</p>
	<p><b>Normas de procedimento</b></p> <p>Havendo lugar à classificação do imóvel como estando em ruínas, compete ao Município (mediante deliberação da Assembleia Municipal) proceder à sua comunicação junto da Autoridade Tributária e Aduaneira para vigorar no ano seguinte.</p>
	<p><b>Enquadramento legal</b></p> <p>Código do IMI [nº3, nº14 e nº15 do artigo 112º]</p>
	<p><b>Observações</b></p> <p>Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis.</p> <p>A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.</p>



IMI.6	Imóveis Devolutos
<p><b>Descrição do incentivo</b></p> <p>Este incentivo consiste na majoração em 20% da taxa geral do Imposto Municipal sobre Imóveis [IMI] relativamente aos imóveis (prédios urbanos e frações autónomas de prédios urbanos) localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU] que se encontrem em situação devoluta, acrescida de 10p.p./ano a partir do segundo ano de aplicação da penalização e tendo como limite superior o triplo da taxa geral praticada.</p>	
<p><b>Forma do incentivo</b></p> <p>Este incentivo é materializado através do agravamento da taxa de IMI aplicável ao imóvel.</p>	
<p><b>Requisitos específicos</b></p> <p>A aplicação deste incentivo tem subjacente a prévia classificação do imóvel como devoluto por parte do Município, considerando-se como tal os prédios urbanos que se encontrem desocupados por período superior a 1 ano. A atribuição desta classificação é feita com periodicidade anual e tem suporte em análise a cargo do Município nos termos legais aplicáveis (cf. Decreto-Lei nº159/2006, de 8 de Agosto), devendo o proprietário ser notificado do projeto de decisão para exercício do seu direito de audição prévia e da respetiva decisão final, nos termos e prazos previstos no Código do Procedimento Administrativo.</p>	
<p><b>Normas de procedimento</b></p> <p>Havendo lugar à classificação do imóvel como devoluto, compete ao Município (mediante deliberação da Assembleia Municipal) proceder à sua comunicação junto da Autoridade Tributária e Aduaneira para vigorar no ano seguinte.</p>	
<p><b>Enquadramento legal</b></p> <p>Código do IMI [nº3, nº14 e nº15 do artigo 112º]</p>	
<p><b>Observações</b></p> <p>Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis.</p> <p>A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.</p>	

IVA.1	Empreitadas de Reabilitação Urbana
Descrição do incentivo	Este incentivo consiste na aplicação da taxa reduzida de 6% do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativamente a empreitadas de reabilitação urbana realizadas em imóveis e/ou em espaços públicos localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU].
Forma do incentivo	Este incentivo é materializado através da aplicação da taxa reduzida do IVA nas faturas respeitantes às obras realizadas.
Requisitos específicos	A aplicação deste incentivo tem subjacente a incidência da empreitada de reabilitação urbana em imóveis e/ou espaços públicos localizados em ARU.
Normas de procedimento	Comunicação do proprietário à Câmara Municipal da data de início das obras de reabilitação até 5 dias antes da mesma com identificação da pessoa (singular ou coletiva) encarregada para a sua realização.
Enquadramento legal	Código do IVA [alínea a) do nº1 do artigo 18º e rubrica 2.23 da Lista I]
Observações	Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis. A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.

## IRS.1 Alienação de Imóveis Reabilitados

### Descrição do incentivo

Este incentivo consiste na aplicação da taxa autónoma de 5% à tributação das mais-valias auferidas por sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento Singular [IRS] que sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis (prédios urbanos e frações autónomas de prédios urbanos) localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU] e que tenham sido alvo de reabilitação devidamente certificada pela Câmara Municipal, sem prejuízo da opção pelo seu englobamento.

### Forma do incentivo

Este incentivo é materializado através da aplicação de taxa reduzida à tributação de mais-valias em sede de IRS.

### Requisitos específicos

A aplicação deste incentivo tem subjacente a certificação por parte da Câmara Municipal das obras de reabilitação realizadas por parte do proprietário vendedor.

### Normas de procedimento

-

### Enquadramento legal

Estatuto dos Benefícios Fiscais [nº5 e nº20 a nº23 do artigo 71º]

### Observações

Este incentivo é aplicável a imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de Janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2020.

Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis.

A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.





## IRS.2 Reabilitação de Imóveis

### Descrição do incentivo

Este incentivo consiste na dedução à coleta em sede de Imposto sobre o Rendimento Singular [IRS] de 30% dos encargos suportados pelo proprietário com a realização de obras indutoras de ganhos efetivos no nível de conservação e/ou desempenho funcional de imóveis (prédios urbanos e frações autónomas de prédios urbanos) localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU], até ao limite máximo de €500.

### Forma do incentivo

Este incentivo é materializado através da dedução à coleta em sede de IRS de parte dos encargos suportados com as obras de reabilitação realizadas.

### Requisitos específicos

A aplicação deste incentivo tem subjacente a obtenção de ganhos efetivos no nível de conservação e/ou desempenho funcional do imóvel reabilitado em consequência das obras realizadas, cabendo ao Município proceder à respetiva certificação. A obtenção desta certificação pressupõe a avaliação do imóvel antes e depois das obras de reabilitação (com suporte no Decreto-Lei nº266-B/2012, de 31 de Dezembro) e depende da atribuição de nível de conservação após a realização daquelas obras superior em pelo menos dois níveis face ao obtido antes das mesmas, da ausência de anomalias muito graves em qualquer dos elementos funcionais avaliados e da inexistência de situações que constituam grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes.

### Normas de procedimento

1. Requerimento do proprietário à Câmara Municipal para determinação do nível de conservação do imóvel antes da realização das obras de reabilitação e, se pretendido, da descrição das obras a efetuar para este atingir o nível médio ou superior
2. Comunicação do proprietário à Câmara Municipal da data de início das obras de reabilitação até 5 dias antes da mesma com identificação da pessoa (singular ou coletiva) encarregada para a sua realização
3. Requerimento do proprietário à Câmara Municipal para determinação do nível de conservação do imóvel após a conclusão das obras de reabilitação e, se aplicável, para certificação das mesmas
4. Requerimento do proprietário à Câmara Municipal para comprovação dos encargos suportados com a realização das obras de reabilitação (dependente da sua prévia certificação)

Nota: havendo lugar à certificação das obras de reabilitação realizadas e à comprovação dos encargos suportados nesse âmbito, compete ao Município comunicar esses elementos, no prazo de 30 dias, ao serviço de finanças da área da situação do imóvel, assim como notificar o proprietário desse facto.

### Enquadramento legal

Estatuto dos Benefícios Fiscais [nº4, nº17, nº18 e nº20 a nº23 do artigo 71º]

### Observações

Este incentivo é aplicável a imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de Janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2020.

Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis.

A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.

Fl. 18/19

IRS.3	Arrendamento de Imóveis Reabilitados
Descrição do incentivo	Este incentivo consiste na tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento Singular [IRS] que sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis (prédios urbanos e frações autónomas de prédios urbanos) localizados em Área de Reabilitação Urbana [ARU] e que tenham sido alvo de reabilitação devidamente certificada pela Câmara Municipal, sem prejuízo da opção pelo seu englobamento.
Forma do incentivo	Este incentivo é materializado através da aplicação de taxa reduzida à tributação de rendimentos prediais em sede de IRS.
Requisitos específicos	A aplicação deste incentivo tem subjacente a certificação por parte da Câmara Municipal das obras de reabilitação realizadas.
Normas de procedimento	-
Enquadramento legal	Estatuto dos Benefícios Fiscais [nº4, nº17, nº18 e nº20 a nº23 do artigo 71º]
Observações	<p>Este incentivo é aplicável a imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de Janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2020.</p> <p>Os termos e procedimentos para a aplicação deste incentivo não dispensam a observância de outras disposições legais e regulamentares eventualmente aplicáveis.</p> <p>A leitura desta Ficha não dispensa a consulta direta da legislação e demais regulamentação aplicável.</p>



**Sessão ordinária – 07 de abril de 2017**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

(doc. \_\_\_\_)

**10. – Protocolos com as Juntas de Freguesia no âmbito da Campanha do Programa Abrantes +Branca – aquisição de cal 2017; (PG – 324640)**

**Deliberação:** Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** os **Protocolos com as Juntas de Freguesia no âmbito da Campanha do Programa Abrantes +Branca – aquisição de cal 2017**, conforme documento anexo.

**Votação:**

*Aprovado por unanimidade.*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

*António Lucas Gomes Mor*

*1.º Secretário*

*Manuel Duarte dos Santos*

*pg. 1/2*



*Cur*

## CAMPANHA DE CAL – 2017

JUNTAS DE FREGUESIA	QUANTIDADE SOLICITADA
Abrantes e Alferrarede	3000 kg
Aldeia do Mato e Souto	700 kg
Alvega e Concavada	1200 kg
Bemposta	2150 kg
Carvalhal	300 kg
Fontes	300 kg
Martinchel	600 kg
Mouriscas	1500 kg
Pego	500 kg
Rio de Moinhos	800 kg
São Facundo e Vale das Mós	3000 kg
S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	1500 kg
Tramagal	600 kg
<b>TOTAL</b>	<b>16.150,00 kg</b>



**Sessão ordinária – 07 de abril de 2017**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

(doc. \_\_\_\_)

**11. – Alteração ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Mouriscas para a obra de “Repavimentação da Rua da Cumeada”; (PG – 318930);**

**Deliberação:** Considerando o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º em conjugação com o artigo 120.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **autorizar a Alteração ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Mouriscas para a obra de “Repavimentação da Rua da Cumeada”.**

**Votação:**

*Aprovado por unanimidade.*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

*Antonio Lucas Gomes Mor*

*1.º Secretário*

*Manuel Duarte dos Santos*

*Manuel Duarte dos Santos*

*fl. 1/2*

genérica, deve tal proposta aguardar por eventuais esclarecimentos por parte das entidades competentes na matéria.



**DGFA - Nº 09 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 21 de março de 2017, acerca do pedido do GAF – Gabinete de Apoio às Freguesias, a solicitar a alteração ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Mouriscas, uma vez que por lapso dos serviços foi quantificado um valor inferior à estimativa orçamental real da obra "Repavimentação da Rua da Cumeada". O acréscimo ascende a 9.116,50€ (incluindo IVA). Mais informa que se procedeu ao reforço do respetivo cabimento, assim como à alteração da cláusula 5ª do contrato. – PG 318930

**Deliberação:** Por unanimidade, propor à Assembleia Municipal que, ao abrigo da alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorize a alteração do Contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia de Mouriscas, no âmbito da execução da obra "Repavimentação da Rua da Cumeada".



**DGFA - Nº 10 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 21 de março de 2017, na sequência de uma proposta do Gabinete de Apoio à Presidência/Gabinete de Apoio às Freguesias, datada de 03 de março de 2017, que apresenta uma proposta de despesa para aquisição de cal, no âmbito do Programa Abrantes +Branca – caiação de muros, alegretes, fontanários e edifícios do domínio público municipal de pequena dimensão e incentivo à comunidade na caiação dos seus espaços, sugerindo que, à semelhança de anos anteriores, a ação passe pela aquisição de cal por parte da Câmara Municipal que posteriormente distribuirá às juntas de freguesia, e estas, por sua vez, ficam com a responsabilidade da sua aplicação nos espaços públicos e na distribuição aos munícipes que manifestem interesse. Consultadas as juntas de freguesia sobre o assunto todas manifestaram interesse na prossecução desta iniciativa indicando previamente a quantidade de cal que necessitam para o efeito (quantidades sensivelmente iguais às do ano anterior).

Anexa mapa de quantidades estimando-se um valor de 5.168,00 € (16.150kg x 0,32€), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Anexa também proposta de fornecimento apresentada pela firma EDILOGOS, LDA. – PG 324640

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a despesa no montante de 5.168,00 € (cinco mil cento e sessenta e oito euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, para aquisição de cal, para fornecimento às juntas de freguesia, no âmbito do programa Abrantes + Branca – caiação de muros, alegretes, fontanários e edifícios do domínio público municipal de pequena dimensão e incentivo à comunidade na caiação dos seus espaços, nos seguintes termos: Abrantes e Alferrarede - 3.000kg (1.162,00€); Aldeia do Mato e Souto - 700kg (275,80€); Alvega e Concavada - 1.200kg (472,80€); Bemposta - 2.150kg (847,10€); Carvalhal - 300kg (118,20€);





## **Sessão ordinária – 07 de abril de 2017**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

(doc. \_\_\_\_)

#### **12. – Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes para despesa inerente à execução da empreitada “Traçado adutor entre Vale das Donas, São Miguel e Tramagal”; (PG – 328928)**

**Deliberação:** Considerando o disposto no artigo 29º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor conforme a alínea f) do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal **delega no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados a competência para autorizar a despesa inerente à execução da empreitada “Traçado adutor entre Vale das Donas, São Miguel e Tramagal”.**

**Delibera ainda,** considerando o disposto na b) do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e bem assim, o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, **autorizar a assunção dos encargos e do compromisso plurianual aos Serviços Municipalizados de Abrantes, no contrato em referência.**

**Votação:**

*Aprovado por unanimidade.*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



## Sessão ordinária – 07 de abril de 2017

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

(doc. \_\_\_\_)

13. - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes para despesa inerente à execução da empreitada “Traçado adutor entre o nó de Vale das Donas, Pego, Concavada + Reservatório da Burra”. (PG – 328929)

**Deliberação:** Considerando o disposto no artigo 29º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor conforme a alínea f) do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal **delega no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados a competência para autorizar a despesa inerente à execução da empreitada “Traçado adutor entre o nó de Vale das Donas, Pego, Concavada + Reservatório da Burra”.**

**Delibera ainda,** considerando o disposto na b) do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e bem assim, o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta da Câmara Municipal, **autorizar a assunção dos encargos e do compromisso plurianual aos Serviços Municipalizados de Abrantes, no contrato em referência.**

**Votação:**

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos